

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2013

Patrocinador oficial
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 400 exemplares
Depósito Legal: 366919/13
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



ARQUEOLOGIA URBANA EM BRAGA: BALANÇO DE 37 ANOS DE INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS

Manuela Martins / Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / mmmartins@uaum.uminho.pt

Luís Fontes / Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / lfontes@uaum.uminho.pt

Armandino Cunha / Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga / arqueologia@cm-braga.pt

RESUMO

A arqueologia urbana iniciou-se em Braga em 1976, com a criação do Campo Arqueológico de Braga e a implementação de um conjunto de medidas legislativas que fizeram história na arqueologia portuguesa do pós 25 de Abril. Após mais de três décadas de trabalhos arqueológicos dirigidos pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM) e, a partir de 1992, também pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga (GACMB), procede-se a um balanço crítico dos conhecimentos adquiridos, da gestão da informação e da difusão dos resultados. Pretende-se ainda refletir sobre os diferentes modelos de gestão da arqueologia urbana em Portugal e sobre o seu papel diferencial nas estratégias de planeamento e desenvolvimento das cidades históricas.

ABSTRACT

The urban archeology started in Braga in 1976 with the creation of the Archaeological Field of Braga and the implementation of a set of legislative measures that made history in Portuguese archeology of post April 25th. After more than three decades of archaeological research directed by the Archaeology Unit of Minho University (UAUM) and, from 1992 onwards, also by the Office of Archaeology at the city of Braga (GACMB), one proceeds to a critical assessment of the acquired knowledge, data management and the dissemination of results. We also intend to reflect upon the different Portuguese models of dealing with urban archeology and on its differential role in planning and development strategies of historic cities.

INTRODUÇÃO

Em 1976 iniciou-se em Braga aquele que pode ser considerado como o primeiro projeto de arqueologia urbana portuguesa, nascido de condicionantes políticas, económicas e sociais particulares, que persiste ainda hoje passadas quase quatro décadas. A sua emergência prende-se com as nefastas consequências decorrentes do processo de expansão urbana da cidade de Braga, a partir das décadas de 60/70 do século XX, sobre os terrenos onde jaziam as ruínas da cidade romana de *Bracara Augusta*, que tinham mantido até então uma feição eminentemente rural, configurada desde a Alta Idade Média, quando o núcleo urbano sobrevivente se acantonou no quadrante nordeste da precedente cidade romana. As sucessivas destruições dos vestígios arqueológicos

da antiga *urbs* romana desencadearam vivos protestos que acabariam por se consolidar num contexto de ativismo cívico, relacionado com a defesa do património histórico e cultural, emergente na década de 70 do século XX. A conjuntura política dos anos que se sucederam ao 25 de Abril de 1974 acabou, entretanto, por favorecer o protagonismo das vozes que clamavam contra a destruição do património arqueológico de Braga. Assim, graças ao dinamismo e poder de intervenção da CODEP, comissão criada para avaliar a situação decorrente da aplicação do plano de urbanização, datado dos anos 50, foi criado, em 1976, o Campo Arqueológico de Braga, tutelado pela Universidade do Minho, encarregado de proceder a salvamentos na área urbana e delimitar a área arqueológica da cidade romana. Com a aprovação do Decreto-lei 640/76 de 30 de

Julho, que definiu uma Zona Arqueológica de Braga de apreciável extensão, que propôs um novo plano de urbanização para a cidade, que salvaguardasse os vestígios da cidade romana e a criação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, à qual caberia a direção científica do Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*, estavam reunidas as condições científicas, técnicas e legais necessárias ao funcionamento de uma prática consequente de arqueologia urbana na cidade de Braga, a qual persiste até hoje (Martins & Lemos, 1997-98, pp. 9-21).

A intervenção conjunta da UAUM, desde 1977 e do GACMB, desde 1992, salda-se por um número significativo de intervenções arqueológicas, com resultados científicos inovadores referentes ao urbanismo, à arquitetura pública e privada, ao sistema hidráulico da cidade, às atividades económicas e ao mundo funerário. Por outro lado, a preservação e musealização de várias áreas arqueológicas escavadas permitiu criar novos patrimónios na cidade que em muito enriqueceu a sua história. Por isso, se entendeu realizar neste trabalho um balanço dos principais resultados da arqueologia urbana de Braga que serve também para realizar uma breve reflexão sobre diferentes modelos de gestão da arqueologia urbana em Portugal e sobre o seu papel diferencial nas estratégias de planeamento e desenvolvimento das cidades históricas.

2. BALANÇO DOS RESULTADOS

2.1. Urbanismo romano

Os dados arqueológicos resultantes da georreferenciação de largas dezenas de vestígios associados a ruas, pórticos e construções documentam que *Bracara Augusta* foi objeto de uma precoce planificação, realizada no tempo de Augusto, que contemplou a projeção de uma cidade organizada segundo eixos ortogonais orientados N/NNO-S/SSE e E/ENE-O/OSO, estruturando-se em quarteirões quadrados, com cerca de 156 pés de lado entre o eixo das ruas, que contemplava ruas e pórticos de 12 pés e áreas construídas de 1 *actus* (120 pés). O traçado fundacional projetou uma cidade de planta retangular, com o eixo maior no sentido E/NE-O/SO e uma área de cerca de 30Ha.

Na parte mais alta da cidade situava-se o *forum* administrativo e religioso, cuja localização é sugerida pela interpretação da *forma urbis*, por uma referência impressa num mapa datado do século XVI, que situa

o *forum romanorum* nas imediações da capela de S. Sebastião e pelo aparecimento nas suas imediações de grandes bases de coluna, de diferentes dimensões, sugestivas da existência de edifícios públicos (Ribeiro, 2010, pp. 326-328). O espaço foral desenharia um retângulo, com o eixo maior disposto no sentido E/NE-O/SO (Figura 1), com um comprimento máximo de cerca de 450 pés (133,45m) e uma largura de 294 pés (87,17 m).

Dos eixos principais da cidade apenas se conhece arqueologicamente a parte norte do *kardus maximus*, com uma largura de 24 pés, possuindo, por isso, o dobro da dimensão dos eixos viários secundários.

Em torno da área urbana planificada foram sendo implantados diferentes equipamentos, que configuraram os subúrbios da cidade, ainda mal conhecidos, com alinhamentos dissonantes da malha urbana, como é o caso das áreas oficinais de fabrico de cerâmica e vidro que se desenvolveram a poente e a sul da cidade (Martins & alii, 2012, p. 57) e de um edifício de cronologia flávia construído na zona da atual catedral (Fontes, Lemos & Cruz, 1997-98, p. 140). Quando a cidade foi cercada, nos finais do século III / inícios do IV, por uma poderosa muralha com torres, o seu perímetro abraçou os setores artesanais que se desenvolveram, ao longo do Alto Império, a nascente e a sul, bem como os equipamentos que existiriam na periferia norte, integrando uma área construída de cerca de 48 Ha.

As alterações do tecido urbano iniciam-se no século IV, na sequência da construção da muralha e da desafetação de alguns eixos viários que começam a ser invadidos por construções (Fontes & alii, 2010, pp. 255-256), tendência que persistiu nos séculos V e VI, período durante o qual se verifica também a desafetação de edifícios e espaços públicos sobrepostos por estruturas com funcionalidades diferenciadas, como ocorre no teatro, parcialmente reaproveitado por equipamentos com características rurais e artesanais (Martins & Ribeiro, 2013, pp. 25-26).

Na cidade intramuros, um dos factos mais relevantes do urbanismo deste período correlaciona-se com a definição da topografia cristã da cidade que, polarizada pela primitiva basílica paleocristã, localizada sob a atual catedral e então numa situação periférica junto à muralha (Fontes, Lemos & Cruz, 1997-98, p. 141), vai evoluir fortemente vinculada ao *decumanus maximus* da anterior cidade romana. Articulando-se com as principais vias de saída da cidade para Norte e Este, é este eixo que vai estru-

turar a posterior evolução da malha urbana medieval, determinando a concentração da população no quadrante nordeste da cidade (Fontes & *alii*, 2010a; 2010b; Martins & *alii*, 2010).

2.2. Arquitetura pública e privada

Mau grado o elevado número de intervenções arqueológicas realizadas em Braga, são escassos os vestígios construtivos que podem ser atribuídos com segurança aos períodos de Augusto e júlio-cláudio. O único edifício seguramente datável dos inícios do século I localiza-se na Colina do Alto da Cividade e foi arrasado para a construção, nos inícios do século II, de umas termas públicas (Martins, 2005) e de um teatro anexo (Martins & *alii*, no prelo). Estes dois edifícios constituem os exemplares melhor conhecidos da arquitetura pública romana, situando-se nas imediações do *forum*.

O edifício das termas, identificado em 1977, ocupava uma área quadrada, com 150 pés de lado, que incluía as zonas de banhos e de serviços e uma ampla *palaestra*/jardim, com características panorâmicas (Martins, 2005, p. 24). O primeiro projeto define uma construção retangular alongada, com entrada a sul, que permitia uma circulação axial retrógrada, dominante nas termas mais antigas do ocidente do Império (Figura 3). A área de banhos ocupava uma superfície reduzida, com cerca de 172 m², sendo composta por um amplo *apodyterium*, associado a uma piscina, por um *frigidarium*, uma piscina, dois *tepidaria* e um *caldarium*. Estamos perante um pequeno balneário público com uma ampla *palaestra*, que reflete as inovações introduzidas nas termas romanas durante o século I, as quais valorizaram a interação dos edifícios com o exterior. O edifício foi objeto de sucessivas reformas até ao seu abandono, nos inícios do V, tendo mantido, contudo, a sua configuração inicial (Martins, 2005) (Figura 3).

O teatro anexo às termas, descoberto em 1999 e ainda em fase de escavação, possui uma *cavea* com diâmetro máximo de cerca de 70m, delimitada por um robusto muro perimetral com contrafortes (Figura 2). Parte da estrutura da *cavea* alicerçou-se na vertente oeste da colina, cortada para a criação da necessária pendente, estando apenas escavada parte da *ima cavea*, a qual conserva vestígios de fiadas de degraus. A *orchestra* possui 20,80m de diâmetro máximo estando desprovida do pavimento, que seria constituído por grandes lajes de granito polido, tal como o *aditus* norte. O corpo cénico integrava o

pulpitum com 7,37m de profundidade por 29,54m de comprimento, estando limitado por duas basílicas. Na parte traseira do teatro foi identificado um *porticus postscaenam*.

Pese embora o facto do teatro se encontrar ainda em estudo, ele parece representar um exemplar canónico deste tipo de equipamentos, que se revelaram essenciais no programa urbanístico das cidades romanas. Por outro lado, a associação registada entre as termas e o teatro, em termos de localização e de cronologia, assim como a sua localização perto do *forum*, parecem sugestivas de uma importante intervenção construtiva, relacionada com a revalorização da área central da cidade, realizada nos inícios do século II. No mesmo sentido, pode ser interpretada a construção de um anfiteatro (Figura 1), conhecido a partir das referências que lhe são feitas pelos eruditos bracarenses, entre os séculos XVII e XIX (Morais, 2001, pp. 55-76).

Os dados arqueológicos disponíveis sugerem a existência de outros edifícios públicos de fundação alto-imperial, designadamente de um outro complexo termal, situado a nordeste do *forum*, apenas parcialmente escavado, cuja cronologia aponta para o século II. Um outro edifício, de cronologia flávia, foi detetado no decorrer de escavações realizadas na Sé catedral, quer na zona do altar-mor (Rodrigues, Alfenim & Lebre, 1990, p.176), quer na R. Nossa Senhora do Leite, onde foi identificado um pórtico, orientado N/S (Gaspar, 1985, pp. 53-54). Embora não tenha sido possível definir com clareza a natureza da construção original, profundamente remodelada no Baixo-Império, é possível estimar-lhe uma área de 33 x 33 m, sendo certo que foi adaptada nos inícios do século V para aí instalar a primeira basílica cristã (Fontes, Lemos & Cruz, 1997-98, pp.140-141). Uma das mais significativas evidências da arquitetura romana fundacional é constituída pela Fonte do Ídolo, situada num local periférico do núcleo urbano, onde existiria um santuário indígena dedicado à deusa *Nabia*. O referido santuário foi objeto de uma intervenção que o transformou num monumento romano, a expensas de um imigrante, de nome *Celicus Fronto*, natural de Arcóbriga, que aí mandou esculpir figuras e gravar inscrições, que foram envolvidas por uma parede de alvenaria granítica, hoje completamente desaparecida, cujos encaixes se conservaram na superfície frontal da fonte (Elena, Mar & Martins, 2008). O monumento foi objeto de uma renovação, datada da época flávia, as-

sociada à construção de um tanque frontal à fonte (Figura 10).

Elemento importante na evolução do espaço urbano terá sido a construção da muralha baixo-imperial, entre finais do século III/ inícios do IV, cuja cronologia coincide com a promoção de *Bracara Augusta* a capital da província da *Gallaecia* criada por Diocleciano. A muralha, identificada através de várias intervenções arqueológicas (Lemos, Leite & Cunha, 2007, pp. 329-345), oferece características semelhantes às conhecidas noutras cidades do NO, possuindo cerca de 5/6 m de largura e torreões semicirculares espaçados cerca de 18 m.

Tal como acontece em muitas outras cidades do ocidente do Império a maioria das casas romanas identificadas nas escavações datam dos finais do período júlio-cláudio e da época flávia, momento em que as elites urbanas dispunham já dos necessários dividendos para construir habitações de clara inspiração itálica e helenística. Trata-se maioritariamente de *domus* de peristilo, ladeadas de pórticos que bordejavam as vias e facilitavam o acesso às lojas que se desenvolviam na parte baixa das casas (Martins & alii, 2012, pp. 52-53.). A partir de finais do século III muitas dessas *domus* sofreram alterações substantivas, vendo desaparecer os pórticos que se integraram nas construções, ao mesmo tempo que adotam evidentes sinais de luxo, com a instalação de balneários privados, verificando-se igualmente o uso sistemático de mosaicos e de estuques a revestir os pavimentos e as paredes. Esta característica está presente em várias *domus*, muito embora sejam apenas conhecidas partes limitadas das mesmas (Magalhães, 2010).

A única casa romana integralmente escavada em Braga está representada pela *domus* das Carvalheiras, que ocupava a totalidade de um quarteirão urbano, possuindo uma área construída de 1152m² (Figura 4), cujo primeiro projeto data da época flávia, oferecendo a particularidade de ser uma *domus* de átrio e peristilo (Martins, 1997-98, pp. 28-32). A construção exhibe características que podem ser consideradas típicas da arquitetura doméstica provincial que era propriedade de uma elite urbana, onde se testemunham os clássicos espaços de receção e representação, em torno das áreas abertas e ajardinadas do *atrium* e do *peristylum*. A casa sofreu uma primeira remodelação no século II, altura em que um quadrante da habitação foi sacrificado para a construção de um balneário para uso público (*balnea*), (Martins,

Ribeiro & Baptista, 2011, p. 92). As sucessivas reformas do conjunto doméstico da Carvalheiras até aos séculos V/VI são reveladoras da sua longa ocupação, mas também da sua paulatina metamorfose, refletindo a evolução urbanística e arquitetónica dos quarteirões residenciais de *Bracara Augusta*.

2.3. Atividades económicas

A atividade comercial de *Bracara Augusta* está documentada precocemente através de importações de cerâmicas itálicas desde a época de Augusto, sendo referenciada numa inscrição do tempo de Cláudio (41-54), em que os cidadãos romanos que negociavam em Braga prestam homenagem a *Caius Caetronius Miccio*, encarregado da cobrança de impostos, sendo possível que os referidos cidadãos fossem *negotiatores* que asseguravam o abastecimento da cidade nos produtos que esta não produzia (Morais, 2005, pp.69-71). Entre esses produtos destacam-se os alimentares, como os produtos piscícolas, o azeite e o vinho, transportados em contentores anfóricos de diferentes regiões (Morais, 1999; 2005, pp. 100-147). Assim, sabemos que a cidade se abastecia em vários centros produtores da Bética, da Tarraconense, da Gália, mas também de Itália e do Oriente. O mesmo acontecia com a cerâmica fina de mesa (*sigillata*) e com outros produtos de exceção que têm sido encontrados nas escavações (Morais, 2005, pp. 148-305). A presença destes produtos permite reconstituir alguns dos principais eixos comerciais que ligavam *Bracara Augusta* aos centros produtores do Império e avaliar o nível de exigência e o poder de compra dos consumidores urbanos.

Mas *Bracara Augusta* era também produtora de cerâmicas e de vidro, bem como de outros materiais, designadamente metálicos, indispensáveis à vida urbana.

A olaria está arqueologicamente documentada a partir de vestígios de uma oficina (forno, tanque de decantação e moldes) situada na periferia da cidade, por vários artefactos ligados ao fabrico de cerâmica e por peças com marcas de oleiros da cidade (Morais, 2005, pp. 84-89). Estas oficinas fabricavam lucernas e cerâmica comum de uso doméstico, usando a argila que seria explorada na região de Prado/Ucha (Delgado & Morais, 2009), mas também os caulinos do litoral, utilizados no fabrico de cerâmicas mais finas, como a bracaraense (Morais 2005, pp. 305-318) e a cerâmica pintada (Gomes, 2000).

A produção de vidro, cujas oficinas se localizavam

na periferia da área urbana está igualmente documentada por vestígios de oficinas e por subprodutos de fabrico (Cruz, 2001; 2009a). As oficinas localizavam-se na periferia da cidade, sendo bem conhecida uma delas, identificada nas imediações da Via XVII, no decorrer das escavações realizadas no antigo quarteirão dos CTT (Martins & *alii*, 2010). Trata-se de um estabelecimento retangular, organizado em três alas, com entrada direta a partir da via (Figura 6), no interior do qual foram encontrados dois fornos de fundição (Figura 7), com características diferenciadas que terão laborado entre os séculos IV e V (Cruz, 2009b, pp. 25-27).

A atividade metalúrgica está referenciada por achados ligados à produção de peças, como cadinhos de fundição e moldes, alguns dos quais destinados à produção de placas com decoração geométrica, que ornamentavam a parte superior das sítulas e os respetivos suportes anelares das armelas (Martins, 1988, pp. 23-33; Morais, 2005, 95). Inúmeros objetos desde pregos, ferragens, dobradiças, ou chaves, indispensáveis na construção e ao mobiliário documentam também o trabalho do ferro. Referenciada está também a produção dos tubos de chumbo (*fitulae*), que conduziam a água a vários pontos da cidade, tendo sido identificado um fabricante ou proprietário de uma das oficinas (Martins & Ribeiro, 2012, pp. 28).

A construção seria uma das mais importantes atividades económicas da cidade, envolvendo a existência várias oficinas e corporações de artesãos e de artistas. Tendo por base as evidências dos equipamentos e edifícios públicos e privados da cidade, tem-se procurado compreender melhor a importância desta atividade, quer em termos dos processos construtivos, quer no que concerne à análise dos materiais e ao cálculo dos custos envolvidos na construção de edifícios (Ribeiro, 2010).

2.4. As necrópoles

Bracara Augusta possuía seis necrópoles situadas na periferia da área urbana e dispostas ao longo das principais vias que saíam da cidade, apenas setorialmente escavadas e desigualmente conhecidas. Estão nesse caso as necrópoles do Campo da Vinha (via XIX), de Maximinos (vias XX e XVI), da Rodovia (via XVI), de S. Lázaro (via para *Emerita*), da Via XVII e a da via XVIII (Martins & Delgado, 1989-90). As escavações realizadas nas diferentes necrópoles permitiram identificar numerosas sepulturas asso-

ciadas, quer ao ritual da cremação, dominante até ao século III, quer ao da inumação, que se generalizou a partir de então. No entanto, foi a recente escavação de um amplo setor da necrópole da via XVII que permitiu documentar diferentes aspetos relacionados com o culto dos mortos e com a sua evolução entre o período fundacional e a tardo antiguidade (Fontes & *alii*, 2010a; 2010b; Martins & *alii*, 2010). Esta escavação permitiu reconhecer diferentes tipos de sepulturas (Figuras. 8 e 9), vestígios de piras funerárias, mausoléus e recintos que sugerem a monumentalização das áreas onde se tumulavam os mortos, estando todos eles associados ao ritual da cremação (Braga, 2010). Foi igualmente possível documentar algumas estelas funerárias *in situ*, dispostas ao longo da via e sepulturas associadas ao ritual da inumação, algumas das quais inseridas em recintos, bem como dois túmulos, datáveis dos século V/VI, um dos quais com sarcófago de chumbo.

3. BREVE REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DA ARQUEOLOGIA URBANA EM PORTUGAL

A prática continuada de um projeto de arqueologia urbana na cidade de Braga permitiu trazer à luz do dia uma cidade romana praticamente desconhecida até aos anos 70 do século passado, apenas sumariamente referida nas fontes históricas da Antiguidade. Paulatinamente foi-se constituindo um conhecimento inovador relativamente ao urbanismo fundacional de *Bracara Augusta* e à sua posterior evolução até à Antiguidade Tardia e Alta Idade Média, ao mesmo tempo que se foram revelando as características da sua arquitetura pública e privada. Simultaneamente o estudo de diferentes tipos de materiais permitiu caracterizar as importações, a produção artesanal, bem como a circulação monetária que enquadrava a cidade na economia imperial. A identificação arqueológica das várias necrópoles que se organizavam ao longo das vias permitiu igualmente analisar as características dos enterramentos e a evolução dos rituais funerários. Mais recentemente tem-se refletido sobre temáticas relacionadas com o sistema hidráulico, com as técnicas construtivas e os custos da construção pública e privada. Muito embora estejamos convictos do elevado potencial informativo que ainda existe por explorar, a partir dos registos das escavações realizadas em Braga até ao momento, é justo considerar que foi a existência de um projeto científico de estudo da ci-

dade romana que assegurou o notável avanço nos conhecimentos, permitindo igualmente o estudo de outros períodos históricos representados no registo arqueológico das inúmeras intervenções que decorrem da prática da arqueologia urbana, sejam elas de carácter preventivo ou orientadas para a investigação. Na verdade, foi a persistência desse projeto que permitiu a centralização dos registos, hoje praticamente todos informatizados, a introdução de novas metodologias de levantamento, destinadas a agilizar os procedimentos de campo, bem como a rápida avaliação dos impactos que podem decorrer do planeamento de obras na cidade de Braga. Por outro lado, a centralização e informatização de todos os registos facilitam a rápida utilização dos dados, que têm vindo a ser trabalhados no âmbito de projetos de pós-graduação, facto que tem permitido um progressivo avanço dos conhecimentos no estudo dos edifícios e de diferentes categorias de materiais. Sendo certo que a arqueologia urbana constitui um dos domínios mais complexos e exigentes da intervenção arqueológica, os seus resultados são fundamentais ao planeamento e reabilitação urbana, uma vez que estes só podem ser corretamente viabilizados quando os agentes neles envolvidos estão devidamente informados dos impactos sobre o subsolo. Considerando a variabilidade de práticas de gestão da arqueologia urbana em Portugal, marcadamente casuísticas, realizadas por equipas diferentes e desprovidas de uma direção científica que possa debruçar-se sobre os resultados das intervenções, tendo em vista a produção de conhecimento útil sobre a história das cidades, julgamos que dificilmente se poderá aspirar no nosso país a um contexto em que os arqueólogos se possam constituir como parceiros num necessário e urgente diálogo com os arquitetos e urbanistas que planeiam as cidades (Martins & Ribeiro, 2011). Na verdade, o casuísmo da prática arqueológica nas cidades contradiz os objetivos científicos da Arqueologia como disciplina, não beneficia os espaços urbanos, raramente se traduz na produção de conhecimento útil ou de património musealizável e em nada contribui para dignificar a posição dos arqueólogos enquanto agentes indispensáveis no processo de pensar o futuro das cidades. De facto, muito embora a arqueologia urbana tenha sido um dos setores da atividade arqueológica que mais contribuiu para a afirmação profissional da arqueologia portuguesa nas últimas décadas, é legítimo questionarmos o real impacto social dessa

afirmação, ou a utilidade cognitiva, social e económica da generalidade das escavações urbanas.

BIBLIOGRAFIA

- BRAGA, Cristina (2010) – *Rituais funerários em Bracara Augusta: o novo núcleo de necrópole da Via XVII*. Braga: Universidade do Minho <http://hdl.handle.net/1822/13913>.
- CRUZ, Mário (2001) – *Vidros romanos de Bracara Augusta*. Braga: Universidade do Minho.
- CRUZ, Mário (2009a) – *O vidro romano do Noroeste peninsular: um olhar a partir de Bracara Augusta*. Braga: Universidade do Minho <http://hdl.handle.net/1822/9883>
- CRUZ, Mário (2009b) – *VITA VITRI: O vidro antigo em Portugal*, Lisboa.
- DELGADO, Manuela; MORAIS, Rui (2009) – *Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta*. Braga: CITCEM.
- ELENA, Ana G.; MAR, Ricardo; MARTINS, Manuela (2008) – *A Fonte do Ídolo: análise, interpretação e reconstrução do santuário*. Braga: UAUM/NARQ (Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas; 4).
- FONTES, Luís; LEMOS, Francisco S.; CRUZ, Mário (1997-98) – “Mais Velho” que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II. 14/15, pp. 137-164: <http://hdl.handle.net/1822/10299>.
- FONTES, Luís; MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Maria do Carmo; CARVALHO, Helena (2010) – A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII. In *Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo*, s. VI-VIII. Toledo: Toletum Visigodo, pp. 255-262 <http://hdl.handle.net/1822/13377>
- FONTES, Luís; MARTINS, Manuela; ANDRADE, Francisco (2010a) – *Salvamento de Bracara Augusta: quarteirão dos CTT – interligação Túnel Avenida da Liberdade (BRA 09 CTT-ITAVL): relatório final*. Braga: UAUM (TAUM: Memórias; 2) <http://hdl.handle.net/1822/10143>.
- FONTES, Luís; MARTINS, Manuela; SENDAS, José; CATALÃO, Sofia (2010b) – *Salvamento de Bracara Augusta: ampliação do túnel da Avenida da Liberdade (BRA 08-09 TAVL), Relatório final*. Braga: UAUM (TAUM: Memórias; 7) <http://hdl.handle.net/1822/11048>.
- GASPAR, Alexandra (1985) – Escavações arqueológicas na Rua de N. Sra. do Leite, em Braga, *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II. 2, pp. 51-125.
- GOMES, Ana (2000) – *Cerâmicas pintadas de época romana: tecnologia, morfologia e cronologia*. Braga: Universidade do Minho.
- LEMOS, Francisco S.; LEITE, José M. F.; CUNHA, Armandino

- (2007) – A muralha romana (Baixo Império) de *Bracara Augusta*. In RODRÍGUEZ COLMENERO, António; RODÁ DELLANZA, Isabel, eds. - *Actas del Congreso Internacional Murallas de ciudades romanas en el Occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma*, Lugo, pp. 329-341.
- MAGALHÃES, Fernanda (2010) – *Arquitectura doméstica em Bracara Augusta*. Braga: Universidade do Minho <http://hdl.handle.net/1822/13619>.
- MARTINS, Manuela (1997-98) – A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II, 14-15, pp. 23-46. <http://hdl.handle.net/1822/10409>
- MARTINS, Manuela (1988) – Moldes de sítulas com decoração geométrica, *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II. 5, pp.23-33.
- MARTINS, Manuela (2005) – *As termas romanas do Alto da Cidade. Um exemplo de arquitectura pública em Bracara Augusta*. Braga: UAUM / NARQ <http://hdl.handle.net/1822/13410>
- MARTINS, Manuela; DELGADO, Manuela (1989-90) – As necrópoles de *Bracara Augusta*. A. Os dados arqueológicos. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II. 6/7, pp. 41-186. <http://hdl.handle.net/1822/10272>
- MARTINS, Manuela; LEMOS, Francisco, S. (1997-98) – Duas décadas da vida de um projeto: o salvamento de Bracara Augusta. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II, 14-15, pp. 9-21. <http://hdl.handle.net/1822/10372>
- MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Maria do Carmo (2009-2010) – A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades, *Forum*, Ed Conselho Cultural da U. do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/13351>
- MARTINS, Manuela; FONTES, Luís; BRAGA, Cristina; BRAGA, José; MAGALHÃES, Fernanda; SENDAS, José (2010) – *Salvamento de Bracara Augusta: quarteirão dos CTT – Avenida da Liberdade (BRA 08-09 CTT). Relatório final*. Braga: UAUM (TAUM: Memórias; 1). <http://hdl.handle.net/1822/13345>
- MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Maria do Carmo; BAPTISTA, José M. (2011) – As termas públicas de Bracara Augusta e o abastecimento de água da cidade romana. In COSTA, Ana; PALAHÍ, Lluís; VIVÓ, David, eds. – *Aquea Sacrae: Agua y Sacralidade n la Antigüedad*. Girona: Institut de Recerca Històrica de la Universitat de Girona, pp. 69-101, <http://hdl.handle.net/1822/16168>.
- MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Maria do Carmo (2012) – Gestão e uso da água em Bracara Augusta. Uma abordagem preliminar, In MARTINS, Manuela; FREITAS, Isabel; VAL VALDIVIESO, Isabel, coord. – *Caminhos da água. Paisagens e usos na longa duração*. Braga: CITCEM, pp. 9-51. <http://hdl.handle.net/1822/19872>.
- MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Jorge; MAGALHÃES, Fernanda; BRAGA, Cristina (2012) – Urbanismo e arquitetura de *Bracara Augusta*. Sociedade, economia e lazer. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo, coord. – *Evolução da Paisagem urbana. Sociedade e Economia*, Braga: CITCEM, pp. 29-68. <http://hdl.handle.net/1822/19522>
- MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Maria do Carmo (2013) – Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo, coord. - *Evolução da Paisagem Urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos*. Braga: CITCEM, pp. 11-44. <http://hdl.handle.net/1822/23983>
- MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Jorge; MAGALHÃES, Fernanda; MAR, Ricardo (no prelo) – A construção do teatro romano de *Bracara Augusta*. In MELO, Arnaldo; RIBEIRO, Maria do Carmo, coord. – *História da Construção. Arquiteturas e técnicas Construtivas*. Braga: CITCEM.
- MORAIS, Rui (1999) – As ânforas da zona das Carvalheiras. Contribuição para o estudo das ânforas romanas de *Bracara Augusta*. Braga: UAUM (Cadernos de Arqueologia. Monografias; 8).
- MORAIS, Rui (2001) – Breve ensaio sobre o anfiteatro de Bracara Augusta, *Forum*. Braga. 30, pp. 55-76.
- MORAIS, Rui (2005) – *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. Braga: UAUM/Narq (Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas; 2).
- RIBEIRO, Jorge (2010) – *Arquitectura romana em Bracara Augusta: uma análise das técnicas edilícias*. Braga: Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/12232>
- RODRIGUES, Miguel; ALFENIM, Rafael; LEBRE, Anabela (1990) – Escavação arqueológica de emergência no cruzeiro do transepto da Sé de Braga, notícia preliminar. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. I. Braga: Faculdade de Teologia /Cabido da Sé, pp. 173-188.

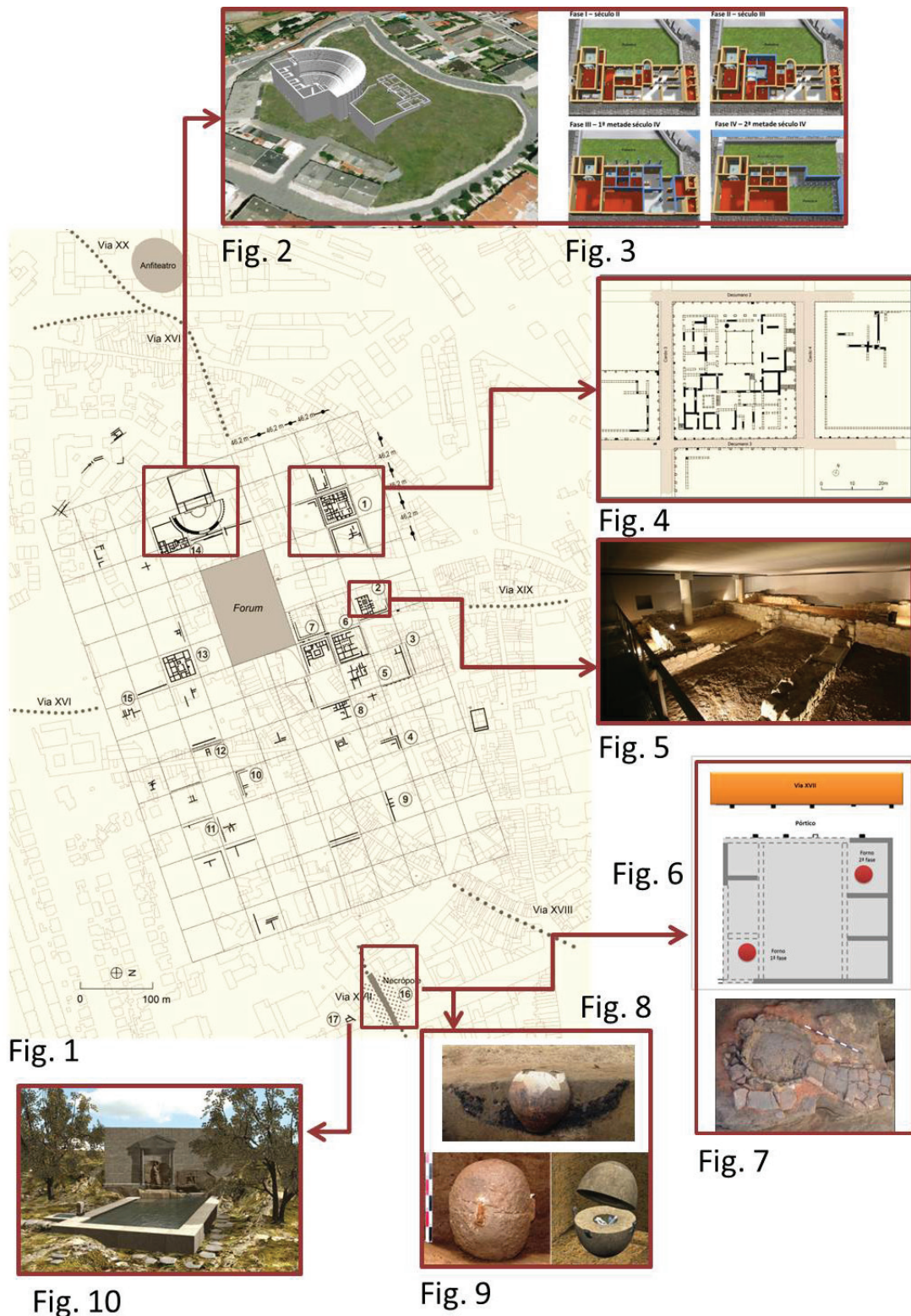
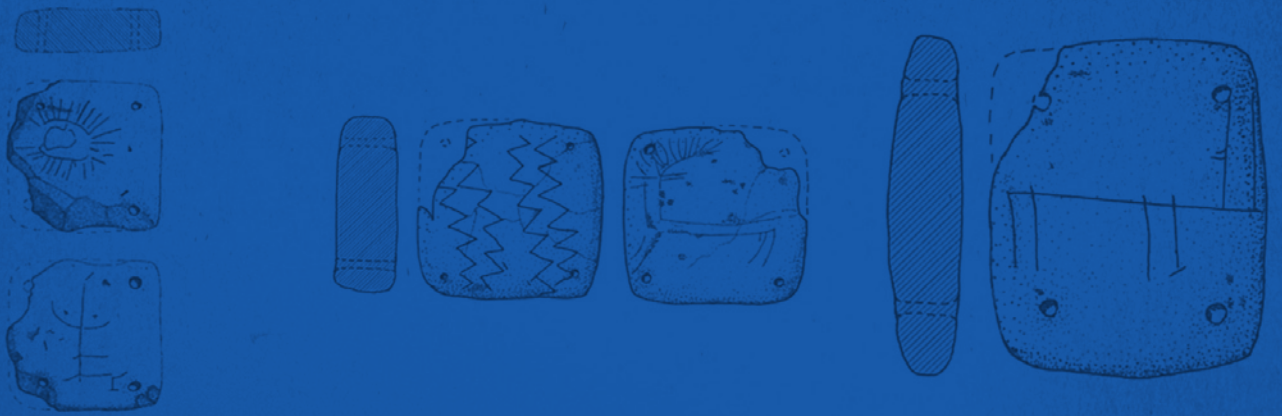
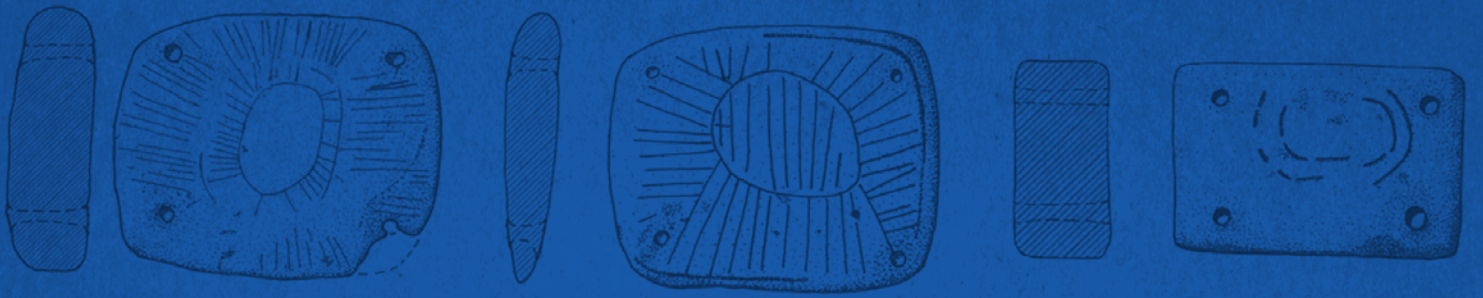
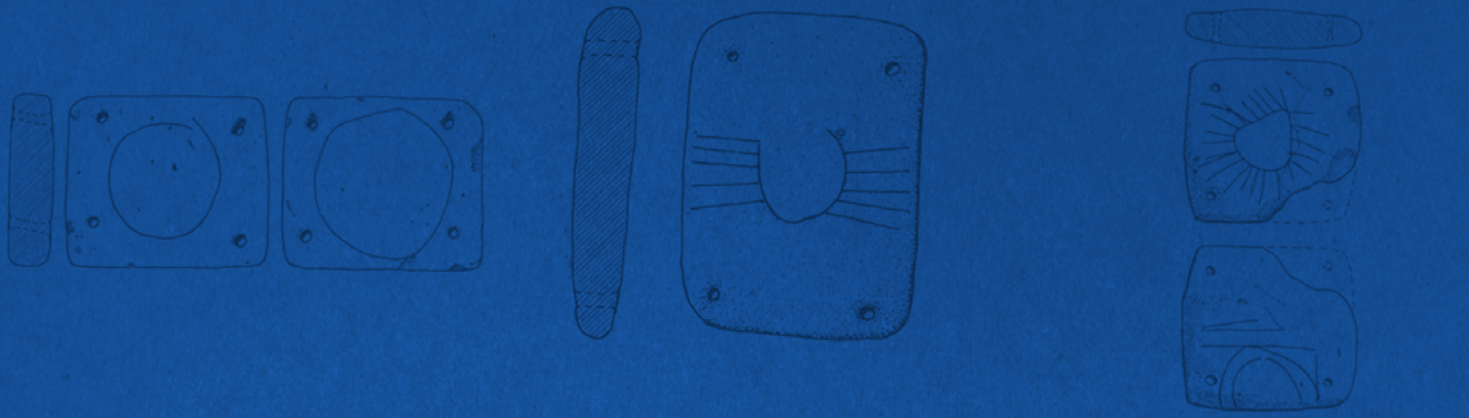


Figura 1 – Planimetria alto imperial da cidade romana de *Bracara Augusta*; Figura. 2 – Conjunto das termas e teatro; Figura 3 – Restituição 3D das diferentes fases das termas públicas do Alto da Cidade; Figura 4 – Planta da *domus* Carvalheiras com os quarteirões anexos; Figura 5 – Perspetiva das ruínas da *domus* da Escola Velha da Sé. Núcleo musealizado; Figura 6 – Planta restituída da oficina de vidro da Via XVII; Figura 7 – Perspetiva do forno mais antigo da oficina de vidro da Via XVII; Figura 8 – Sepultura da necrópole da Via XVII com ossário cerâmico; Figura 9 – Urna em granito da necrópole da Via XVII; Figura 10 – Restituição 3D da Fonte do Ídolo com fachada e tanque anexo.



AAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Patrocinador oficial

Apoio institucional

FUNDAÇÃO
Millennium
bcp

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

 GOVERNO DE
PORTUGAL


Parques de Sintra
Monte da Lua